

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

PROCEDIMENTO: **CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART. 20.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, NA SUA REDAÇÃO ATUAL**

PREÇO BASE: **410.000,00 € (QUATROCENTOS E DEZ MIL EUROS) - PREÇO FIXO, NÃO SUBMETIDO À CONCORRÊNCIA. SERÃO APENAS SUBMETIDOS À CONCORRÊNCIA OS PREÇOS UNITÁRIOS CONSTANTES NO ANEXO V DO PRESENTE PROGRAMA DE PROCEDIMENTO.**

OBJETO CONTRATUAL: **PROCEDIMENTO N.º 127/2025 - FORNECIMENTO CONTÍNUO DE CONSUMÍVEIS, EQUIPAMENTO PARA HIGIENE E LIMPEZA E PRODUTOS CONEXOS, TENDO EM VISTA A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DECORRENTES DO SETOR ARMAZÉNS GERAIS E APROVISIONAMENTO, PELO PERÍODO DE UM ANO RENOVÁVEL AUTOMATICAMENTE POR IGUAIS PERÍODOS ATÉ AO MÁXIMO DE TRÊS ANOS.**

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO
DIVISÃO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA
TEL. 229 408 600 · FAX 229 480 901 · dcp.dfp@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt

IM-002.7
Página 1/23



ÍNDICE

ARTIGO 1.º OBJETO DO CONCURSO	3
ARTIGO 2.º ENTIDADE PÚBLICA ADJUDICANTE.....	3
ARTIGO 3.º ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	3
ARTIGO 4.º PREÇO BASE	3
ARTIGO 6.º CONCORRENTES	4
ARTIGO 9.º CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....	5
ARTIGO 10.º ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES E RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....	6
ARTIGO 11.º APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	6
ARTIGO 12.º PROPOSTA	7
ARTIGO 13.º PROPOSTAS VARIANTES	8
ARTIGO 14.º DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	8
ARTIGO 15.º MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	9
ARTIGO 16.º RETIRADA DA PROPOSTA	9
ARTIGO 17.º LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS	9
ARTIGO 18.º ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTOS ÀS PROPOSTAS.....	9
ARTIGO 19.º EXCLUSÃO DE PROPOSTAS	10
ARTIGO 20.º LEILÃO ELETRÔNICO.....	10
ARTIGO 21.º RELATÓRIO PRELIMINAR	11
ARTIGO 22.º AUDIÊNCIA PRÉVIA.....	11
ARTIGO 23.º RELATÓRIO FINAL	11
ARTIGO 24.º DEVER DE ADJUDICAÇÃO.....	11
ARTIGO 25.º CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO	11
ARTIGO 26.º NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO	12
ARTIGO 27.º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	12
ARTIGO 28.º PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	13
ARTIGO 29.º CAUÇÃO	13
ARTIGO 30.º MODO DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO	13
ARTIGO 31.º NOTIFICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	13
ARTIGO 32.º CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO	13
ARTIGO 33.º ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	14
ARTIGO 34.º RECLAMAÇÕES CONTRA A MINUTA	14
ARTIGO 35.º CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO.....	14
ARTIGO 36.º AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS.....	15
ARTIGO 37.º PROVA DE DECLARAÇÕES	15
ARTIGO 38.º FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES	15
ARTIGO 39.º IDONEIDADE	15
ARTIGO 40.º ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO.....	15
ARTIGO 41.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	16

SECÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto do concurso

O presente concurso tem por objeto **“PROCEDIMENTO N.º 127/2025 - FORNECIMENTO CONTÍNUO DE CONSUMÍVEIS, EQUIPAMENTO PARA HIGIENE E LIMPEZA E PRODUTOS CONEXOS, TENDO EM VISTA A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DECORRENTES DO SETOR ARMAZÉNS GERAIS E APROVISIONAMENTO, PELO PERÍODO DE UM ANO RENOVÁVEL AUTOMATICAMENTE POR IGUAIS PERÍODOS ATÉ AO MÁXIMO DE TRÊS ANOS”**, (CPV - Classificação relativa ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos 39000000 – Mobiliário (incl. de escritório), acessórios, aparelhos domésticos (excl. iluminação) e produtos de limpeza (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008).

Artigo 2.º

Entidade pública adjudicante

A entidade pública adjudicante é o Município da Maia.

Câmara Municipal da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474-006 MAIA

Telef. 22 9408600

Fax. 22 9480901

<http://www.cm-maia.pt>

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Ex.mo Senhor Presidente, por despacho, exarado em **06 de março de 2025**, a qual foi objeto de delegação de competência da Câmara Municipal da Maia no Presidente da Câmara, nos termos deliberados na reunião extraordinária que teve lugar no dia 19 de outubro de 2021 e objeto de republicação na reunião ordinária do dia 02 de novembro (Edital n.º 784/2021).

Artigo 4.º

Preço base

1. O preço base do procedimento fixo é de **410.000,00 € (quatrocentos e dez mil euros)**, sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.
2. Serão apenas submetidos à concorrência os preços unitários constantes **no Anexo V** do presente programa de procedimento

Artigo 5.º

Preço anormalmente baixo

Ao abrigo do n.º 1 do artigo n.º 71.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, o Município da Maia não vai definir preço anormalmente baixo.

Artigo 6.º

Concorrentes

- 1 - Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
- 2 - Podem apresentar proposta, as entidades que cumpram os requisitos previstos na legislação em vigor para à execução do objeto do contrato.
- 3 - É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica de Consórcio Externo em regime de responsabilidade solidária, quando lhe for adjudicado o contrato. No caso de consórcio, todas as empresas integrantes devem satisfazer as disposições de idoneidade referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 4 - Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.

Artigo 7.º

Assinatura eletrónica dos documentos

- 1 - Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica em qualquer momento do processo, deverão ser assinados pelo(s) seu(s) representante(s) que tenha(m) poderes para obrigar, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
 - a) Todos os documentos submetidos na plataforma deverão ser assinados digitalmente, através de uma assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 - b) Cada documento deverá ser individualizado e deverá ter a aposição de assinatura eletrónica qualificada, ou seja, em cada um dos documentos eletrónicos e autónomos, que sejam submetidos, de acordo com o estipulado n.º 5 do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.
 - c) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 - d) A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclui a exigência inscrita na al. a) e b) do presente normativo.
 - e) Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do adjudicatário que os submetem.
 - f) Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica de quem o submeta, atestando a sua conformidade com o documento original.

Artigo 8.º

Critério de adjudicação

- 1 - Proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade **monofator**, sendo o preço o único aspeto da execução do contrato a submeter à concorrência de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, nos seguintes termos:

a) FI- Preço (P): 100%, considerados os subfactores ($F_{1.1}$, $F_{1.2}$ e $F_{1.3}$ e $F_{1.4}$) e respetivos coeficientes de ponderação:

$$P = F_{1.1} \times 40\% + F_{1.2} \times 35\% + F_{1.3} \times 15\% + F_{1.4} \times 10\%$$

- i. **$F_{1.1}$ – Pontuação final da categoria Pasta de papel– 40%**
- ii. **$F_{1.2}$ – Pontuação final da categoria Artigos com base em PVC – 35%**

iii. **F_{1.3} – Pontuação final da categoria Equipamentos de bens duradouros –15%**

iv. **F_{1.4} – Pontuação final da categoria consumíveis – 10%**

A pontuação de cada proposta (PP) resultará da seguinte fórmula, a aplicar a **CADA** categoria, numa escala de zero a vinte pontos (arredondamento à segunda casa decimal), considerando os preços unitários constantes do **ANEXO V** ao Programa de Procedimento.

Pontuação final da categoria = Σ Pontuação por artigo da categoria

Sendo:

$$\text{Pontuação por artigo da categoria} = \left(\frac{\text{Preço Unitário Máximo} - \text{Preço Unitário Proposto}}{\text{Preço Unitário Máximo}} \right) \times \text{Peso percentual do artigo} \times 20$$

Em que:

Preço Unitário Máximo - Preço Unitário Máximo do artigo para a categoria em análise entre todos os concorrentes

Preço Unitário Proposto – Preço Unitário do artigo para a categoria em análise do concorrente em análise

Pontuação do artigo – de acordo com o indicado no **Anexo V** ao Programa de Procedimento

- 2 - No caso da existência de dois ou mais concorrentes que apresentem a mesma pontuação final, a proposta de adjudicação será efetuada ao concorrente que obtiver a melhor pontuação na seguinte categoria:
 - I. **Pasta de papel;**
 - II. **Artigos com base em PVC;**
 - III. **Equipamentos de bens duradouros;**
 - IV. **Consumíveis.**
- 3 - As propostas serão hierarquizadas de forma decrescente, sendo a melhor proposta aquela que apresentar maior pontuação de acordo com o disposto no número anterior.
- 4 - A manter-se o empate, o desempate será efetuado por sorteio presencial, cujas condições serão oportunamente notificadas a todos os concorrentes.
- 5 - As pontuações são apresentadas com arredondamento às duas casas decimais.

SECÇÃO II

Peças do Procedimento

Artigo 9.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

- 1 - As peças que instruem o procedimento são o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos, e respetivos Anexos.
- 2 - As peças do procedimento encontram-se disponíveis no serviço de contratação pública, da Câmara Municipal da Maia, Praça do Doutor José Vieira da Carvalho, onde podem ser consultadas pelos interessados, durante as horas normais de expediente (9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h), desde a data de publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 3 - Durante a consulta das peças do procedimento não é permitida a reprodução de quaisquer documentos por cópia, fotografia ou processo semelhante, nem neles fazer qualquer inscrição.
- 4 - As peças do procedimento serão ainda disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov em <https://www.acingov.pt/>.
- 5 - O presente procedimento será integralmente disponibilizado a todos os interessados, na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

- 6 - O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento. O interessado apenas necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma. Caso não esteja inscrito, deverá proceder ao respetivo registo em https://www.acingov.pt/acingovprod/2/zonaPublica/zona_publica_c/adesao.
- 7 - As normas constantes do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconforme.

Artigo 10.º

Esclarecimentos, Erros e Omissões e retificações das peças do procedimento

- 1 - Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, durante o **primeiro terço do prazo** fixado para a apresentação das propostas, não sendo considerados os pedidos com data de solicitação posterior ao termo do referido prazo.
- 2 - No mesmo prazo, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 3 - Os pedidos devem ser solicitados por escrito ao júri, através da plataforma eletrónica de contratação Acingov em <https://www.acingov.pt/>.
- 4 - Até ao fim do **segundo terço do prazo** fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve prestar os esclarecimentos solicitados, e pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 5 - O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.
- 6 - Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto em matéria de prorrogação do prazo fixado para apresentação de propostas.
- 7 - Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov em <http://www.acingov.pt>, e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
- 8 - Os esclarecimentos e as retificações fazer parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

SECÇÃO III

Propostas

Artigo 11.º

Apresentação das propostas

- 1 - Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov em <http://www.acingov.pt>, **até às 23:59h do 33.º dia**, a contar envio do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia, e assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- 2 - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos interessados um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
- 3 - O interessado deverá possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura digital qualificada.

- 4 - Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora referidas no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 12.º

Proposta

- 1 - Na proposta o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2 - Na proposta o concorrente deve indicar os seguintes elementos:
 - a) Objeto do fornecimento de acordo com as especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos;
 - b) Preenchimento integral do **Anexo V** ao presente Programa do Procedimento, em Excel, designadamente de todos os preços unitários constantes nesse anexo;
 - c) Preço contratual da proposta que será fixo sem inclusão de IVA;
 - d) Prazo da validade da proposta;
 - e) Condições de pagamento;
 - f) Prazo de entrega dos bens;
 - g) Ficha técnica dos produtos em português ou acompanhados da devida tradução
 - h) Outros atributos que respeitem a aspetos da execução do contrato submetido à concorrência pelo caderno de encargos
- 3 - O concorrente deverá apresentar preços unitários para a totalidade da tipologia de bens que consta do **Anexo V**, sobre pena de exclusão da proposta.
- 4 - **Todos os artigos com origem em pasta de papel, tipo ou equivalente, terão que ser portadores das mesmas certificações ecológicas (ex . Ecolabel, fsc ou outras) que os produtos referenciados no respetivo mapa, sob pena de exclusão.**
- 5 - **As cotações terão que obedecer rigorosamente às unidades de medida solicitadas na lista sob pena de exclusão**
- 6 - Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para avaliação da mesma.
- 7 - O preço, que não deve incluir o I.V.A., deve ser indicado em algarismos. Quando o preço constante da proposta for também indicado por extenso, em caso de divergência, este prevalece, para todos os efeitos, sobre o preço indicado em algarismos.
- 8 - A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o I.V.A., indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável.
- 9 - **O júri poderá solicitar, sempre que necessário, amostras dos produtos, os concorrentes deverão proceder à sua remessa no tempo estipulado para o efeito.**
- 10 - A proposta deve ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto. Os documentos não serão considerados assinados se apenas se encontrar assinado o processo de inserção na plataforma eletrónica de contratação pública. Para além dessa assinatura, os documentos propriamente ditos devem ser assinados pela pessoa com legitimidade para o efeito.
- 11 - No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os membros ou respetivos representantes.
- 12 - O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de **66 dias** contados da data limite para a sua entrega.
- 13 - Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

Artigo 13.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 14.º

Documentos que constituem a proposta

1 - A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Os concorrentes e, no caso de agrupamentos, cada um dos seus membros, terão de apresentar o **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/response/eo/procedure>, cuja assinatura pode ser dispensada, se a autenticidade e integridade for garantida pela assinatura necessária ao meio de transmissão utilizado, designadamente, se o acesso à plataforma exigir uma autenticação eletrónica, nos termos do Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da COMISSÃO, de 5 de janeiro de 2016, que estabelece o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública:
 - ✓ O proponente deverá selecionar “Sou um operador económico”, “Importar um DEUCP” e clicar “Escolher ficheiro”, após o que deve navegar no explorador de ficheiros até à localização do ficheiro “espdrequest.xml”;
 - ✓ Uma vez carregado o ficheiro, selecionar “Portugal” na caixa “Selecionar país” e clicar “Seguinte”;
 - ✓ Na Parte II [Informações sobre o operador económico], preencher os blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”;
 - ✓ Na Parte III [Motivos de exclusão], responder às questões dos blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”;
 - ✓ Na Parte IV [Critérios de seleção] responder somente ao bloco α [Indicação global sobre todos os critérios de seleção] e clicar em “Seguinte”;
 - ✓ Preencher somente a Parte VI [Declarações finais], clicar em “Exportar”, guardar o ficheiro “espdresponse.xml”, imprimir o documento em formato PDF e guardá-lo com a designação referida na Cláusula 1.ª do Programa de Procedimento;
 - b) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo Anexo I ao CCP, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar (**Anexo I-A** do presente Programa de procedimento);
 - c) **Declaração de Independência da Proposta** elaborada em conformidade com o **Anexo III** ao presente programa de procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - d) Cópia do pacto social ou certidão, devidamente atualizada, emitida pela Conservatória do Registo Comercial, onde conste o objeto de sociedade do concorrente;
 - e) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando aplicável.
- 2 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da proposta apresentada, bem como da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.
 - 3 - Os concorrentes nacionais de outros Estados Membros da União Europeia, ou neles estabelecidos, devem deter os requisitos exigidos legalmente nesse Estado membro para a prestação de serviços objeto do contrato.
 - 4 - No caso de na ordem jurídica do país de origem do concorrente não existir documento idêntico ao especialmente requerido, pode o mesmo ser substituído por declaração sobre compromisso de honra feita pelo concorrente perante uma autoridade judiciária ou administrativa, notário ou outra autoridade competente do país de origem.
 - 5 - No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nos números anteriores.
 - 6 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea b) do n.º 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à

declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os membros ou respetivos representantes.

- 7 - Os documentos que acompanham as propostas devem ser assinados pelas entidades que os emitem.
- 8 - Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 15.º

Modo de apresentação da proposta

- 1 - Os documentos referidos na cláusula anterior devem seguir a ordem apresentada e o nome dos ficheiros deve permitir a sua imediata identificação;
- 2 - Cada ficheiro deve constituir um ficheiro autónomo;
- 3 - A colocação de ficheiros na plataforma deverá ser otimizada, devendo para os efeitos agruparem-se ficheiros autónomos em ficheiros/pastas comprimidas, devendo a identificação ser fácil e imediata.

Artigo 16.º

Retirada da Proposta

- 1 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante.
- 2 - O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

SECÇÃO IV

Abertura das propostas

Artigo 17.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

- 1 - O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov em <https://www.acingov.pt/>.
- 2 - Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
- 3 - O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
- 4 - Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

SECÇÃO V

Análise das propostas

Artigo 18.º

Esclarecimentos e suprimientos às propostas

- 1 - O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e avaliação das mesmas.
- 2 - Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinaram a exclusão da proposta

- 3 - O Júri procederá à retificação oficiosa de erros de escrita e de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário o erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
- 4 - O suprimento das irregularidades das propostas terá lugar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do CCP, somente quando a intervenção não prejudique os princípios enformadores do procedimento pré-contratual, nem os fins, interesses e valores jurídicos que a norma preterida visem proteger.
- 5 - Os esclarecimentos e suprimientos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov em <https://www.acingov.pt/>, sendo todos os concorrentes imediatamente notificados desse facto.

Artigo 19.º

Exclusão de propostas

- 1 - São excluídas as propostas:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do prazo fixado;
 - b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 3 do artigo 6.º do presente Programa do Procedimento;
 - c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, o Município da Maia tenha conhecimento que se verifica algumas das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
 - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos no presente Programa do Procedimento, ou não cumpram o que ali se encontra estabelecido;
 - e) Que sejam apresentadas como variantes, em violação do disposto no presente Programa do Procedimento;
 - f) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixado no presente Programa do Procedimento;
 - g) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - h) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do que se encontra expressamente previsto nas regras do programa do procedimento;
- 2 - São ainda excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não apresentam algum dos atributos da proposta, nos termos referido no presente Programa do Procedimento;
 - b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
 - c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
 - e) Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
 - f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

Artigo 20.º

Leilão eletrónico

O Município da Maia não vai recorrer à realização de leilão eletrónico.

SECÇÃO VI

Adjudicação

Artigo 21.º

Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação às mesmas do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a ordenação das propostas, após a operacionalização do critério de adjudicação.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, relativamente às quais se verifique alguma das situações a que anteriormente se alude.
3. Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a ordenação final das propostas resultará da aplicação do critério de desempate.

Artigo 22.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 dias úteis, nos termos do artigo 147.º do CCP.

Artigo 23.º

Relatório final

- 1 - Cumprida a formalidade de audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes eventualmente registadas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
- 2 - No caso de se verificar a exclusão de qualquer proposta bem como do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
- 3 - O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
- 4 - Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 24.º

Dever de adjudicação

A decisão de adjudicação e respetiva notificação ao concorrente deve ter lugar até ao termo do prazo da obrigação da manutenção das propostas.

Artigo 25.º

Causas de não adjudicação

- 1 - Não há lugar à adjudicação nos seguintes casos:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
 - d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;
 - e) O Município da Maia considere, fundamentadamente, que todos os preços apresentados são inaceitáveis;

- f) No procedimento de diálogo concorrencial, nenhuma das soluções apresentadas satisfaça as necessidades e as exigências do Município da Maia.
 - g) No procedimento para a celebração de acordo –quadro com várias entidades o número de propostas apresentadas ou admitidas seja inferior ao número mínimo previsto no programa de concurso.
- 2 - A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.
- 3 - No caso da alínea c) do n.º 1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.
- 4 - A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

Artigo 26.º

Notificação da decisão de adjudicação

- 1 - A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
- 2 - Juntamente com a decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para, **no(s) prazo(s) para o efeito fixado(s):**
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no presente Programa do Procedimento;
 - b) Prestar caução, se esta for devida, indicando expressamente o seu valor;
 - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - d) Se pronunciar sobre a minuta de contrato, quando este for reduzido a escrito;
 - e) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso,
- 3 - As notificações antes referidas são acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 27.º

Documentos de habilitação

- 1 - O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online:
 - a) **Declaração do concorrente elaborada em conformidade o Anexo II ao CCP** que faz parte integrante do presente programa de procedimento (Anexo II ao presente programa de procedimento), devidamente assinada pelo adjudicatário ou por representante que tenha poderes para obrigar.
 - b) **Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa**, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) **Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) **Documento comprovativo** de que não se encontra nas situações previstas na alínea b) e h), do número 1, do artigo 55.º do CCP, designadamente, **certificado de registo criminal** ou, na sua falta, documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente da empresa concorrente e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - e) **Documento comprovativo do registo e das respetivas atualizações de beneficiário efetivo** constantes no RCBE - Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) e e/ou código de acesso online para consulta eletrónica.
 - f) **Declaração de inexistência de conflitos de interesse e inexistência de conluio (Anexo IV** do presente programa de procedimento), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
- 5 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar aos adjudicatários, ainda que tal não conste no Programa de Procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

- 6 - Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação deverão ser apresentados por todos os seus membros.
- 7 - Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 8 - Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 9 - Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos dos números anteriores, será concedido um prazo adicional de **5 dias úteis** destinado ao seu suprimento.
- 10 - A pedido do adjudicatário, o prazo fixado no n.º 1 do presente artigo para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, pelo período máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 28.º

Prazo e Modo de apresentação dos documentos de habilitação

- 1 - O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação no prazo **máximo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de envio da notificação da decisão de adjudicação.
- 2 - O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação antes referidos, preferencialmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>.
- 3 - Quando os documentos a que se referem as alíneas b) a e) do n.º 1 do artigo 27.º do presente Programa do Procedimento se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 4 - Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos mencionados no número anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1 ou a indicação prevista no número anterior.
- 5 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

Artigo 29.º

Caução

Não é exigível, nos termos do n.º 2 do art. 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

Artigo 30.º

Modo de prestação da caução

Não aplicável

Artigo 31.º

Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

- 1 - O órgão competente para decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
- 2 - Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário são disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 85.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov em <https://www.acingov.pt/>.

Artigo 32.º

Caducidade da adjudicação

- 1 - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:

- a) Não apresentar os documentos de habilitação nos prazos fixados no presente Programa do Procedimento;
 - b) Não apresentar os documentos redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada;
 - c) Não prestar a caução que lhe seja exigida, em tempo e nos termos estabelecidos no presente Programa do Procedimento;
 - d) Não confirmar os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - e) Não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de se tratar de um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado na modalidade jurídica prevista no presente Programa do Procedimento. Neste caso, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante.
- 2 - Nos casos previstos no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

SECÇÃO VII

Contrato

Artigo 33.º

Aceitação da minuta do contrato

1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica –a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos, nos termos da lei, consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 34.º

Reclamações contra a minuta

- 1 - São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 2 - No **prazo de 10 dias** a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 35.º

Celebração de contrato escrito

- 1 - O contrato deve ser celebrado no **prazo de 30 dias** após a aceitação da minuta ou, consoante o caso, do conhecimento da decisão sobre a reclamação contra aquela ou do termo do prazo fixado para o respetivo deferimento tácito, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução;
 - d) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, se for o caso.
- 2 - A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 dias, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato.
- 3 - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado no prazo fixado para o efeito, bem como, no caso de o Adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos na lei.

- 4 - Nos casos previstos no número anterior, deve o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
- 5 - Se, por facto que lhe seja imputável a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto, o Adjudicatário pode desvincular-se da proposta.

Artigo 36.º

Ajuste direto em função de critérios materiais

Após a formalização da contratação objeto do presente Programa do Procedimento, na eventualidade de serem posteriormente identificadas necessidades adicionais, a entidade adjudicante poderá adotar o procedimento ajuste direto em função de critérios materiais, nos termos da legislação aplicável.

SECÇÃO VIII

Declarações e documentos

Artigo 37.º

Prova de declarações

- 1 - A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
- 2 - No prazo fixado na notificação da decisão de adjudicação, deve o adjudicatário entregar os documentos de habilitação exigidos, apresentando para o efeito certidões emitidas pelas autoridades competentes do respetivo Estado Membro.
- 3 - Quando a não apresentação dos documentos de habilitação no prazo fixado se verificar por facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder, em função das razões invocadas, um prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 38.º

Falsidade de documentos e de declarações

- 1 - Sem prejuízo dos procedimentos tendentes à responsabilização e da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento de índole criminal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações no âmbito deste procedimento determinam a exclusão imediata do concorrente e, sendo o caso, a caducidade da decisão de adjudicação.
- 2 - O disposto no n.º 1 é aplicável no caso de recusa injustificada de apresentação da exigida comprovação.

Artigo 39.º

Idoneidade

- 1 - Podem ser excluídos do presente procedimento, em qualquer momento, os concorrentes que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2 - A verificação de alguma dessas situações relativamente a um ou mais membros de um agrupamento poderá implicar a exclusão desse agrupamento.

SECÇÃO IX

Disposições finais

Artigo 40.º

Encargos do Adjudicatário

- 1 - Constituem encargos do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta.
- 2 - As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

Artigo 41.º

Legislação Aplicável

Em tudo o que o presente Programa do Procedimento for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como na demais legislação aplicável.

Anexo I

DEUCP

DEUCP – Documento Europeu Único de Contratação Pública, de formato eletrónico, a obter na área específica do Portal dos Contratos Públicos, em [JEDZ](#).

Anexo I-A

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas **alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.**

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º do CCP

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

Anexo II

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas **nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.**

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

ANEXO III

Modelo da declaração de independência da Proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹ ... (firma, número de identificação fiscal e sede, ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento ... (designação ou referência ao procedimento em causa), lançado pelo Município da Maia declara, sob compromisso de honra, que:

- ✓ A proposta apresentada no procedimento foi elaborada de forma independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro concorrente potencial ou de facto, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- ✓ Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro concorrente potencial ou de facto em participar ou não no procedimento;
- ✓ Que o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro concorrente potencial ou de facto antes da adjudicação do objeto do procedimento;
- ✓ Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer membro integrante da entidade adjudicante antes da abertura oficial das propostas;

Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

... (local), ... (data), ... (assinatura).

¹ Aplicável apenas aos concorrentes que sejam pessoas coletivas.

Anexo IV

Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal da (empresa, NIF, sede, e-mail), participando como entidade adjudicatária no procedimento de formação do contrato relativo a (objeto do contrato) lançado pelo Município da Maia, declara não estar abrangido, na presente data, nem anteriormente, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa, nem por participar em qualquer tipo de conluio.

... (local), ... (data), ... (assinatura).

Anexo V

Categoria	Articulado	Peso percentual da estimativa de despesa por artigo no total do preço base	DESCRIÇÃO DO ARTIGO (TIPO OU EQUIVALENTE) - PODERÁ OCORRER UMA OSCILAÇÃO DE 5% INDEXADA ÀS MEDIDAS OU PESOS	UNIDADE DE MEDIDA PARA O PREÇO PRPOPOSTO	Preço Unitário Proposto
PASTA DE PAPEL					
A	1	46,82%	CAIXA TOALHETE TISSUE PASTA 100% FIBRA VIRGEM, CERTIFICAÇÃO ECOLABEL, FOLHA DUPLA 21X22, 180UN/MAÇO, 30 MAÇOS, CX/5400UN	CAIXA 30 MAÇOS	0,00
	2	1,32%	ROLO PAPEL MINI CHAMINE/ESPIRAL/EXTRACÇÃO CENTRAL C/ 60M. MANDRIL DE 45MM. CERTIFICAÇÃO ECOLABEL. SERVIÇO: COMPRIMENTO 250MM E LARGURA 192MM. FOLHA DUPLA COM 240 SERVIÇOS.	ROLO	0,00
	3	3,88%	ROLO TISSUE AUTOCORTE CATIVO C/ TAMPINHA PLÁSTICA 100M BRANCO FOLHA DUPLA. MANDRIL DE 38MM. CERTIFICAÇÃO ECOLABEL. SERVIÇO COM LARGURA 205MM. PESO APROX. 860gr/ROLO	ROLO	0,00
	4	35,10%	EMBALAGEM PAPEL HIGIENICO JUMBO FOLHA DUPLA BRANCO, 12 ROLOS, PASTA 100% CELULOSE E 180MT COM 514 SERVIÇOS/ROLO. CERTIFICAÇÃO ECOLABEL. DIMENSÕES DO SERVIÇO: 350MM X 86MM E MANDRIL DE 76MM. PESO APROX. 465gr/ROLO	EMBALAGEM DE 12 ROLOS	0,00
	5	2,51%	EMBALAGEM PAPEL HIGIENICO DOMÉSTICO FOLHA DUPLA COM 291 SERVIÇOS. 100% CELULOSE. CERTIFICAÇÃO ECOLABEL. ROLO COM 35M. EMBALAGEM COM 12 ROLOS. SERVIÇO: COMPRIMENTO 120MM E LARGURA 87MM	EMBALAGEM DE 12 ROLOS	0,00
	6	2,75%	CAIXA PAPEL HIGIENICO TISSUE FOLHA-A-FOLHA C/ 30 MAÇOS. 100% CELULOSE. CERTIFICAÇÃO ECOLABEL. SERVIÇO: COMPRIMENTO 210MM E LARGURA 110MM. FOLHA DUPLA COM 7500 SERVIÇOS. PESO APROX. 6,70KG/CX	CAIXA 30 MAÇOS	0,00
	7	2,56%	GUARDANAPOS TIPO L 17X17 1F. CERTIFICAÇÃO ECOLABEL. 19gr/M². MAÇO COM 180FLS. CX - 30 MAÇOS = 5400FLS	CAIXA 30 MAÇOS	0,00
	8	3,09%	GUARDANAPOS 33X33 1F 100% CELULOSE. CERTIFICAÇÃO ECOLABEL -MAÇO COM 70FLS CX COM 30MAÇOS - 2100UN	CAIXA 30 MAÇOS	0,00
	9	1,97%	GUARDANAPOS ZIG-ZAG 14X14 1F 100% FIBRA VIRGEM. CERTIFICAÇÃO ECOLABEL. 18gr/M². MAÇO COM 160FLS. CX - 50 MAÇOS = 8000FLS	CAIXA 50 MAÇOS	0,00
	100%		OUTROS PRODUTOS CONEXOS - Sujeição a solicitação de orçamento específico e aprovação do Serviço Municipal Responsável		
OBS: TODOS OS ARTIGOS COM ORIGEM EM PASTA DE PAPEL, TIPO OU EQUIVALENTE, TEM DE RESPEITAR AS MESMAS CERTIFICAÇÕES ECOLOGICAS (ex . ecolabel, fsc, ou outras) QUE OS PRODUTOS POR NÓS REFERENCIADOS TENHAM, SOB PENA DE EXCLUSÃO. AS COTAÇÕES TEM DE OBEDECER RIGOROSAMENTE, ÀS UNIDADES DE MEDIDA POR NÓS SOLICITADAS NA LISTA SOB PENA DE EXCLUSÃO .					
ARTIGOS COM BASE PVC					
B	1	3,11%	SACO PLASTICO PRETO "PEBD" LIXO 800X1200X98 microns. COM SOLDA REFORÇADA.	SACO	0,00
	2	36,14%	SACO PLASTICO PRETO "PEBD" LIXO. ROLO COM 10UN 800X1200X55 microns.	ROLO 10 UN	0,00
	3	13,30%	SACO PLASTICO PRETO 100L (ROLO 10UN) 800X900X22 microns.	ROLO 10 UN	0,00
	4	20,53%	SACO PLASTICO PRETO 30L (ROLO 20UN) 520X600X22 microns.	ROLO 20 UN	0,00
	5	5,35%	MANGA PLASTICA CRISTAL C/ TRATAMENTO RESISTENTE A UV (PE001-PE002-ISO1183). RESISTÊNCIA AO ENXOFRE «1500ppm. RESISTÊNCIA AO CLORO «100ppm. TRANSMISSÃO GLOBAL DE LUZ VISÍVEL 86%. ROLO C/ 4MTS = 8 ABERTA - 70MT/COMPRIMENTO	UNIDADE	0,00
	6	1,88%	LUVA DESCARTÁVEL NITRILO AZUL SEM PÓ COM SUPERFICIE MICRO-TEXTURADA. CX 100UN. TAMANHOS: XS, S, M, L e XL	CAIXA 100 UN = 50 PARES	0,00
	7	1,30%	VASSOURA C/ NYLON DURO (ALTURA DO PÊLO = 14CM) COM CABO METÁLICO 1,30MT. MEDIDAS DO CONJUNTO: 146X30X3CM. VASSOURA COM PESO APROX. 515gr/UN	UNIDADE COMPLETA	0,00
	8	1,30%	VASSOURA C/ NYLON MACIO (ALTURA DO PÊLO = 14CM) COM CABO MATÁLICO 1,30MT. MEDIDAS DO CONJUNTO: 146X30X3CM. VASSOURA COM PESO APROX. 520gr/UN	UNIDADE COMPLETA	0,00
	9	1,23%	APANHADOR DO LIXO C/ CABO PLÁSTICO. Dimensões: 75X24X21CM. PESO APROX. 230GR	UNIDADE COMPLETA	0,00
	10	0,36%	BALDE DE BICO + ESPREMEDOR. DIÂMETRO - 30CM E ALTURA - 26CM	UNIDADE	0,00
	11	6,54%	BALDE DO LIXO RECTANGULAR 30L EM INOX ESCOVADO COM FECHO SUAVE, PEDAL E BALDE INTERIOR EM PLÁSTICO. A62XL34XP30CM	UNIDADE	0,00
	12	8,79%	BALDE DO LIXO 95L TOTALMENTE EM AÇO INOX 18/10 AISI 304 COM TAMPAMOVÍVEL, PEDAL E 2 RODAS DE Ø50MM. DIMENSÕES: 68,5X45X45CM	UNIDADE	0,00
	13	0,16%	BALDE PRETO 15L COM ASA EM ARAME REVESTIDO. PESO APROX. 670gr/UN	UNIDADE	0,00
	100%		OUTROS PRODUTOS CONEXOS - Sujeição a solicitação de orçamento específico e aprovação do Serviço Municipal Responsável		

EQUIPAMENTOS BENS DURADOUROS					
C	1	35,15%	SECADOR DE MÃOS AUTOMÁTICO EM INOX 304 ESCOVADO, POTÊNCIA 2500W IPX1 70dba. CAUDAL DE AR 270m3/h. VELOCIDADE AR 30m/s	UNIDADE	0,00
	2	13,73%	DOSEADOR DE SABÃO LÍQUIDO 1LT EM INOX 304 ESCOVADO, MEDIDAS A180XL100XP110MM C/ FECHO DE SEGURANÇA E SISTEMA ANTIGOTAS	UNIDADE	0,00
	3	16,87%	DISPENSADOR DE TOALHAS DE MÃO EM INOX 304, MEDIDAS A303XL263XP120MM C/ CHAVE DE SEGURANÇA	UNIDADE	0,00
	4	9,69%	DISPENSADOR DE ROLO PAPEL AUTOCORTE EM ABS DE ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA. UTILIZAÇÃO DE ROLOS COM DIÂMETRO MÁXIMO DE 195MM. SERVIÇOS INDIVIDUAIS COM 24CM DE COMPRIMENTO CADA UM. MEDIDAS: A330XL314XP204MM. FECHADURA E CHAVE EM PLÁSTICO.	UNIDADE	0,00
	5	18,47%	CARRO DE LIMPEZA PIQUET C/ TAMPA E SACO EM NYLON AMARELO. CARACTERÍSTICAS: PRENSA TEC PROFISSIONAL, 3 PRATELEIRAS, 2 BALDES DE 6L DE CAPACIDADE, 2 BALDES DE 17L DE CAPACIDADE, RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS GIRATÓRIAS E GAVETA PARA COLOCAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO. ESTRUTURA EM AÇO E POLIPROPILENO. DIMENSÕES: 133X110X74CM	UNIDADE	0,00
	6	6,09%	CARRO DE LIMPEZA C/ 2 BALDES 17LT. PRENSA TEC PROFISSIONAL, RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS GIRATÓRIAS E PEGA REVERSÍVEL. DIMENSÕES: 71X43X93CM	UNIDADE	0,00
	100%		OUTROS PRODUTOS CONEXOS - Sujeição a solicitação de orçamento específico e aprovação do Serviço Municipal Responsável		
CONSUMÍVEIS					
D	1	0,34%	SALVA UNHAS MEDIDAS: 90X70X50MM	UNIDADE	0,00
	2	4,29%	CABO REFORÇADO EM CHAPA DE COR C/ ESPESSURA 0,32mm, REVESTIDO A PLÁSTICO COM ROSCA UNIVERSAL E CARAPUÇA GIRATÓRIA, 1,40MT PARA VASSOURAS/ESFREGONAS/MOPAS	UNIDADE	0,00
	3	8,03%	CABO EXTENSIVO DE ALUMÍNIO 4M COM ROSCA UNIVERSAL E CONE. DIVIDIDO EM 3 PARTES E ADAPTADO PARA ROLOS/VASSOURAS/MATERIAL DE LIMPEZA DE VIDROS/ESFREGONAS/MOPAS	UNIDADE	0,00
	4	1,94%	CONJUNTO WC BRANCO C/ ESCOVA E COPO DE SUPORTE	CONJUNTO	0,00
	5	4,85%	RODO C/ CABO METÁLICO 1,50MT, ESTRUTURA EM PVC COM 55CM DE UMA BORRACHA APENAS	UNIDADE	0,00
	6	12,06%	FRANJA DE MOPA EM ALGODÃO BRANCO. MEDIDAS: 102CM X 10CM. LAVÁVEL ATÉ 60°C. PESO APROX. 500gr	UNIDADE FRANJA	0,00
	7	4,64%	FRANJA DE MOPA EM ALGODÃO BRANCO. MEDIDAS: 42CM X 10CM. LAVÁVEL ATÉ 60°C. PESO APROX. 210gr	UNIDADE FRANJA	0,00
	8	13,04%	MOPAS DE ALGODÃO 100CM C/ CABO 1,50MT EM ALUMÍNIO. ESTRUTURA/ARMAÇÃO: C-100CM E L-9CM (ARO/CAIXILHO DOBRAVEL EM FERRO ZINCADO C/ROSCA UNIVERSAL E CAVILHA). FRANJA LAVÁVEL ATÉ 60°C. CONJUNTO COM PESO APROX. 1200gr	MOPA COMPLETA	0,00
	9	7,36%	MOPAS DE ALGODÃO 40CM C/ CABO 1,50MT EM ALUMÍNIO. ESTRUTURA/ARMAÇÃO: C-40CM E L-9CM (ARO/CAIXILHO DOBRAVEL EM FERRO ZINCADO C/ROSCA UNIVERSAL E CAVILHA). FRANJA LAVÁVEL ATÉ 60°C. CONJUNTO COM PESO APROX. 700gr	MOPA COMPLETA	0,00
	10	7,79%	PANO MICROFIBRA GROSSO 40X40 MULTICORES (80% POLIESTER/20%POLIAMIDA). DENSIDADE - 320GR/M2	UNIDADE	0,00
	11	6,36%	ESFREGONA TIPO INDUSTRIAL EM ALGODÃO GROSSO BRANCO, 195GR, COMPOSIÇÃO: 80% ALGODÃO 20% EM FIBRAS	UNIDADE	0,00
	12	13,52%	ESFREGONA INDUSTRIAL 350GR COMPOSTA POR FIOS EM ALGODÃO TORCIDO CORTADO. TELA DE FIXAÇÃO DE PINÇA COM C-16CM E L-5CM. COMPOSIÇÃO: 80%ALGODÃO 20% EM FIBRAS. LAVÁVEL ATÉ 60°C.	UNIDADE	0,00
	13	6,76%	ESFREGONA INDUSTRIAL EM ALGODÃO GROSSO BRANCO, 250GR, COMPOSIÇÃO: 80% ALGODÃO 20% EM FIBRAS	UNIDADE	0,00
	14	4,29%	LAVA VIDROS C/ PELUCHE TIPO PULEX 35CM. SUPORTE "T"/ CRUZETA + PELUCHE EM MICROFIBRAS COM VELCRO E ELÁSTICO.	UNIDADE COMPLETA	0,00
	15	4,71%	LIMPA VIDROS INOX TIPO PULEX 35CM. PUNHO PROFISSIONAL + GUIA C/ BORRACHA DE 35CM.	UNIDADE COMPLETA	0,00
	100%		OUTROS PRODUTOS CONEXOS - Sujeição a solicitação de orçamento específico e aprovação do Serviço Municipal Responsável		